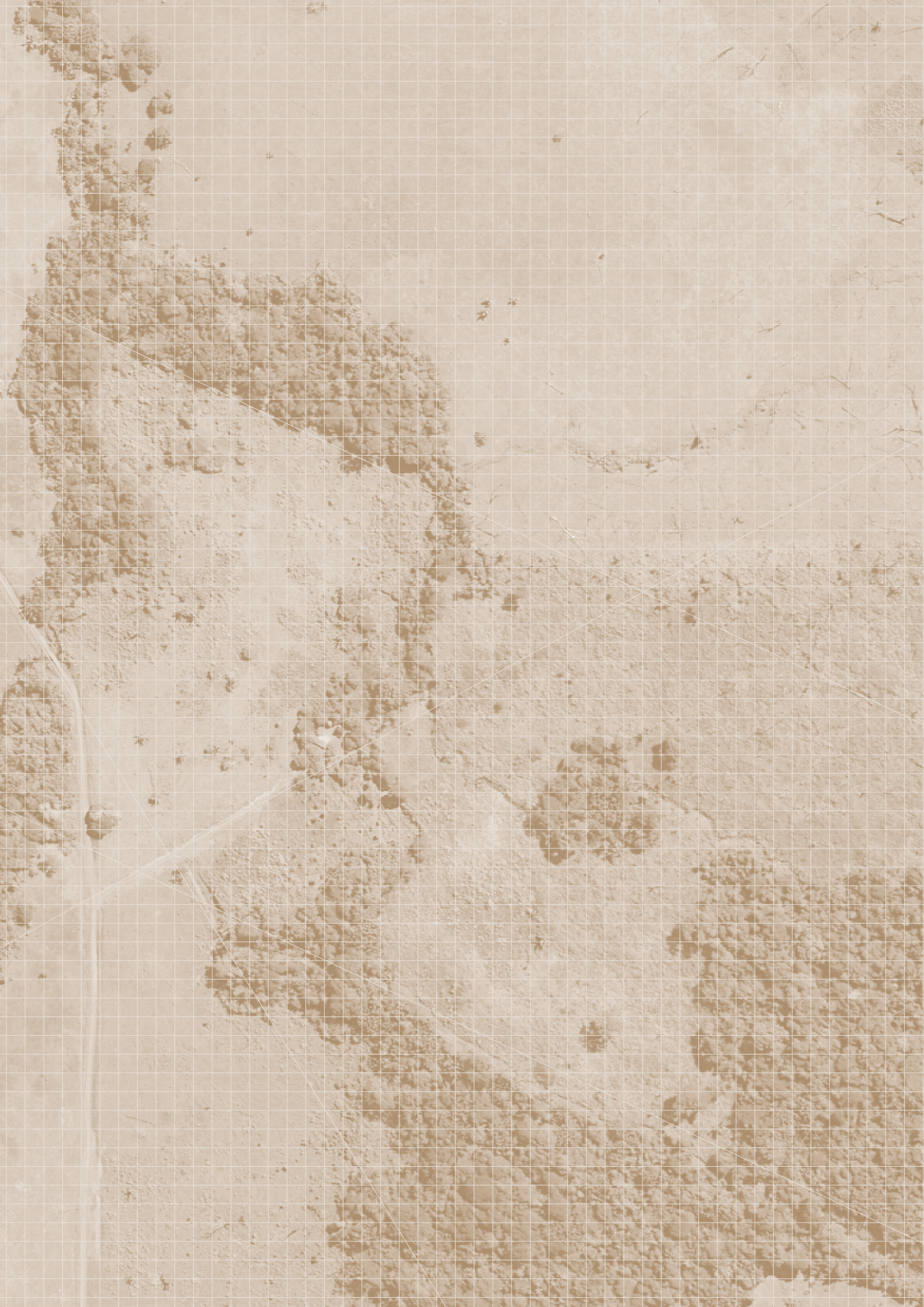


BRIEFING

Como a dívida pública externa impulsiona a destruição da Amazônia colombiana?



BRIEFING

Como a dívida pública externa impulsiona a destruição da Amazônia colombiana?

Autor:

Tanguy Tomes, Debt for Climate

Revisão:

Nicola Scherer, Observatori del Deute en la Globalització (ODG)

Contato:

Tanguy Tomes, tanguy.tomes@hotmail.com

Nicola Scherer, nicola.scherer@odg.cat

Edição:

Observatori del Deute en la Globalització

Carrer Junta de Comerç 20, principal

08010 Barcelona – Espanha

Tel: 0034-93 301 17 93

www.odg.cat

Julho de 2024, Barcelona, Espanha

Revisão do idioma inglês:

Aula d'Idiomes, SCCL

Tradução ao espanhol:

Aula d'Idiomes, SCCL

Tradução ao português:

Olistis, SCCL

Design e layout:

Lucía Armiño

Imagens:

Google Earth, Colombian Amazon (manipuladas)

Pág. 3: Luis Alveart (Flickr, CC)

Pág 15: Paul Robert (Unsplash)

Em colaboração com:**Com o apoio de:**

Esta publicação foi cofinanciada pela União Europeia e pela Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCD). Seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva do Observatori del Deute en la Globalització (ODG) e não reflete necessariamente as opiniões de seus financiadores.

Conteúdo

Resumo	1
Abreviaturas.....	2
1	
Introdução.....	3
2	
Metodologia.....	5
3	
Mecanismos através dos quais a dívida pública externa da Colômbia impulsiona a destruição da Amazônia.....	6
Mecanismos diretos:	
Destinos de investimentos	7
Pressão cambial	7
Mecanismos indiretos:	
Limitação da fiscalização ambiental.....	8
Liberalização do comércio	9
Insegurança crescente	11
Ferramenta disciplinar	12
Custo de oportunidade.....	13
4	
Mecanismos através dos quais o desmatamento da Amazônia colombiana leva a mais dívida pública externa	15
Enchentes e deslizamentos de terra: mecanismo direto	16
Danos climáticos: mecanismo indireto	16
5	
Resultados e implicações políticas	17
Um círculo vicioso conecta a dívida pública externa e a destruição da Amazônia colombiana	17
O pagamento da dívida pública externa representa um enorme custo de oportunidade e inviabiliza a possibilidade de implementar iniciativas transformadoras.....	17
A dívida pública externa é uma ferramenta atual do projeto colonial	18
Implicações políticas.....	18
6	
Considerações finais	19
7	
Bibliografia	20

Resumo

Este *briefing* sintetiza as principais conclusões de um projeto de pesquisa mais extenso, concluído como parte do curso de mestrado em Ecologia Política, Decrescimento e Justiça Ambiental na Universidade Autônoma de Barcelona, em colaboração com o Observatori del Deute en la Globalizació.¹ Os povos indígenas e os movimentos sociais são atores centrais no combate ao capitalismo colonial. O *briefing* responde à necessidade explícita de pesquisa identificada pelo Debt for Climate – um movimento social global que pede o cancelamento da dívida pública externa do hemisfério sul – explorando as formas nas quais esta mesma dívida impulsiona a destruição da Amazônia colombiana. Embora os povos indígenas tenham reconhecido que a dívida é um fator estrutural do desmatamento, os mecanismos precisos que conectam ambos não foram extensamente estudados. Este *briefing* apresenta um estudo de caso de metodologia mista baseado em entrevistas semiestruturadas e ampla pesquisa documental. São descritos sete mecanismos através dos quais a dívida pública externa da Colômbia impulsiona a destruição da Amazônia colombiana; sendo dois diretos – incluindo investimentos em rodovias baseados na dívida – e cinco indiretos. Estabelece que um ciclo vicioso entre a dívida pública externa e o desmatamento existente na Amazônia colombiana. Além disso, o estado de endividamento da Colômbia – na sua história e no seu impacto – é mostrado como uma parte clara do projeto colonial, passado e presente. Enquanto o Estado-nação colombiano permanecer endividado, a Amazônia estará sempre em perigo. _____

1 O relatório completo está disponível no site do ODG: www.odg.cat

Abreviaturas

COICA	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COP30	30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática
IED	Investimento Estrangeiro Direto
ALC	Acordo de Livre Comércio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
ISDS	Resolução de Litígios entre Investidores e o Estado
ONG	Organização Não-Governamental
REDD+	Um esquema das Nações Unidas para financiar esforços antidesmatamento (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal; “O ‘+’ inclui a promoção da preservação, a gestão sustentável das florestas e o aumento das reservas florestais de carbono” ^[1])
EUA	Estados Unidos da América
USD	Dólares americanos
BM	Banco Mundial

1 Introdução

Atualmente, mais de 500 povos indígenas e mais de 10% das espécies conhecidas de plantas e animais chamam a Amazônia de lar ^[2,3].

Para sua sobrevivência, foram necessários séculos de resistência à exploração e violência capitalista colonial. Durante este período, acumulou-se uma enorme dívida ecológica e colonial. Se elaborássemos um balanço contábil da riqueza roubada pelo Norte Global² por um lado, o outro mostraria esta dívida, que o Norte Global deve à Amazônia. Reconhecer e pagar esta dívida inclui pedir reparações ^[4].



2 A Caixa 1 do relatório completo explica o uso dos termos controversos de Norte Global e Sul Global.

A Amazônia é um amplo ecossistema sem fronteiras. Contudo, é incontestavelmente ditada pelas estruturas coloniais de poder dos Estados-nações [5,6]. Dentro deste sistema, a dívida pública externa cria uma série de consequências ambientais e sociais opressivas [7].³ **Cancelar a dívida pública externa dos Estados-nações é um primeiro passo tangível para liquidar a dívida ecológica da Amazônia.** Sendo assim, os movimentos sociais como o Debt for Climate pedem o cancelamento total e incondicional das dívidas públicas externas como “um ponto de partida para que os países mais ricos do Norte Global comecem a pagar sua dívida climática” e um “denominador comum” para unificar diversos atores sociais [10].

A história da Colômbia, e a da Amazônia, é testemunha da violência e da complexidade do capitalismo colonial. A independência da Colômbia se tornou possível adquirindo a dívida externa. A Grã-Bretanha financiou o movimento independentista com dívida, transformando a subjugação colonial espanhola em subjugação econômica britânica [11,12]. Embora esta “independência” tenha surgido *após a colonização* para a maioria dos países, na Amazônia colombiana – que corresponde a quase metade do território colombiano e uma área do tamanho da Espanha – a colonização começou *após a independência* [13]. Ondas de extrativismo da borracha e da quinina foram as principais pressões capitalistas coloniais sentidas no território, afetando gravemente a floresta e seus povos [14–17].⁴ Atualmente, os maiores níveis de desmatamento cumulativo se encontram em Caquetá e Putumayo, as áreas mais integradas no Estado-nação colombiano [2,16,18,19].

Os movimentos sociais que pedem o cancelamento da dívida têm uma oportunidade em 2025. O cancelamento da dívida⁵ foi uma demanda constante de atores sociais no Sul Global durante décadas [21]. Uma onda de protestos globais em 2000, criada para coincidir com o ano jubilar liderado pela Igreja, levou a alguns cancelamentos de dívida bem-sucedidos [22–24]. O ano de 2025 é o próximo ano jubilar, que apresenta uma oportunidade para os atores sociais pedirem o cancelamento da dívida como o primeiro passo em direção às tão necessárias reparações. Neste contexto, **os movimentos globais de base estão estrategicamente criando poderes para cancelar a dívida na Amazônia no ano que vem.** Um ponto de mobilização no próximo ano jubilar é a COP30, que será realizada na Amazônia [25]. A Amazônia possui uma visibilidade política incrível no Sul Global, como símbolo de resistência, e no Norte Global, como o “pulmão do planeta”. O cancelamento da dívida dos países amazônicos é, portanto, um objetivo estratégico e, desses oito países,⁶ o Debt for Climate identificou oportunidades específicas na atual liderança estatal da Colômbia e do Brasil. **Este briefing pretende apoiar esses esforços explorando o seguinte problema: como a dívida pública externa impulsiona a destruição da Amazônia colombiana?** Dada a baixa presença estatal e a alta prevalência de atividades ilegais, a Amazônia colombiana é um lugar desafiador para estudar esta conexão. Contudo, se tais conexões podem ser encontradas, isso indicaria fortemente que a relação existe em outro lugar na Amazônia. Compreender estas dinâmicas é fundamental para alcançar a autodeterminação dos povos amazônicos e o bem-estar de outros em todo o mundo [27].

O cancelamento da dívida é um objetivo específico, compatível com as causas e a escala da policrise capitalista colonial. A dívida é reconhecida pelas vozes indígenas com um fator estrutural da destruição da Amazônia [3]. Ao dar precisão a esta demanda e apoiar os esforços do Debt for Climate, esta pesquisa pode ajudar a criar poder para as reparações coloniais e ecológicas [28]. Isso pode parecer ambicioso, mas, por meio do ativismo, podemos gerar esperança [29].

3 A Caixa 2 do [relatório completo](#) explica como a dívida não deveria ser considerada como uma ferramenta econômica neutra, mas como uma ferramenta estrutural da violência capitalista: uma relação de poder, que é usada como uma “arma política” [8,9].

4 A seção 6.1 do [relatório completo](#) contém o contexto histórico mais detalhado.

5 A menos que indicado de outra forma, todas as referências à dívida neste estudo dizem respeito à dívida pública externa, isto é, dívidas cujo credor está fora do país e o devedor é um órgão público como o governo central, departamentos governamentais, municípios e órgãos públicos descentralizados [20].

6 Uma pequena proporção da Amazônia também se encontra na França, no département da Guiana Francesa. Como país do Norte Global, a França raramente é considerada um país amazônico, incluída pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica [26]. A norma é seguida aqui.

2 Metodologia

O problema de pesquisa – “como a dívida pública externa impulsiona a destruição da floresta tropical amazônica na Colômbia?” (Caixa 1) – foi desenvolvido triangulando lacunas na compreensão acadêmica, as questões feitas por um colaborador dos movimentos sociais e o processo reflexivo de indagar: “a quem serve esta pesquisa?” [30]. O resultado é um estudo de caso de metodologia mista baseado em entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental.

Foram realizadas onze entrevistas virtuais na Espanha entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024 com especialistas de ONGs, movimentos sociais, universidades e o setor privado, todos eles proporcionaram uma gama variada de perspectivas e experiências. Essas entrevistas duraram entre 30 e 70 minutos. Tomou-se o cuidado de gerar confiança e proteger as identidades dos entrevistados.^{7, 8} Com as transcrições, mapearam-se as dinâmicas para identificar os mecanismos prospectivos que conectam a dívida e a destruição da Amazônia colombiana. Cada mecanismo prospectivo foi então verificado através de ampla pesquisa documental.⁹

Caixa 1: Desmatamento ou destruição?

“Embora o colonialismo esteja intrinsecamente vinculado ao capitalismo, não pode ser reduzido à economia, porque também abrange mecanismos culturais, epistemológicos e ontológicos de subjugação.” [31]

O problema de pesquisa fala de “destruição” em vez de “desmatamento” da Amazônia colombiana. O desmatamento evoca a análise quantitativa de quão rapidamente as árvores são derrubadas; eu uso o termo destruição para denotar esta e outras formas nas quais as comunidades humanas e mais que humanas no território são afetadas. Esta decisão foi tomada por dois motivos. Em primeiro lugar, o ativismo da dívida encara o desafio de unir os povos em torno a um conceito econômico abstrato. Ao estar aberto a histórias de como a dívida afeta os humanos e mais que humanos, para além da mera cobertura da árvore, os resultados têm uma chance maior de conectar com as pessoas. Em segundo lugar, feministas ecológicas e decoloniais descrevem como muitos dos binários atuais mais poderosos – incluindo a distinção entre “humano” e “ambiental” – são construções sociais [32]. Parecia importante indagar o enquadramento do desmatamento como um problema isolado, separado das condições dos humanos que vivem na floresta.

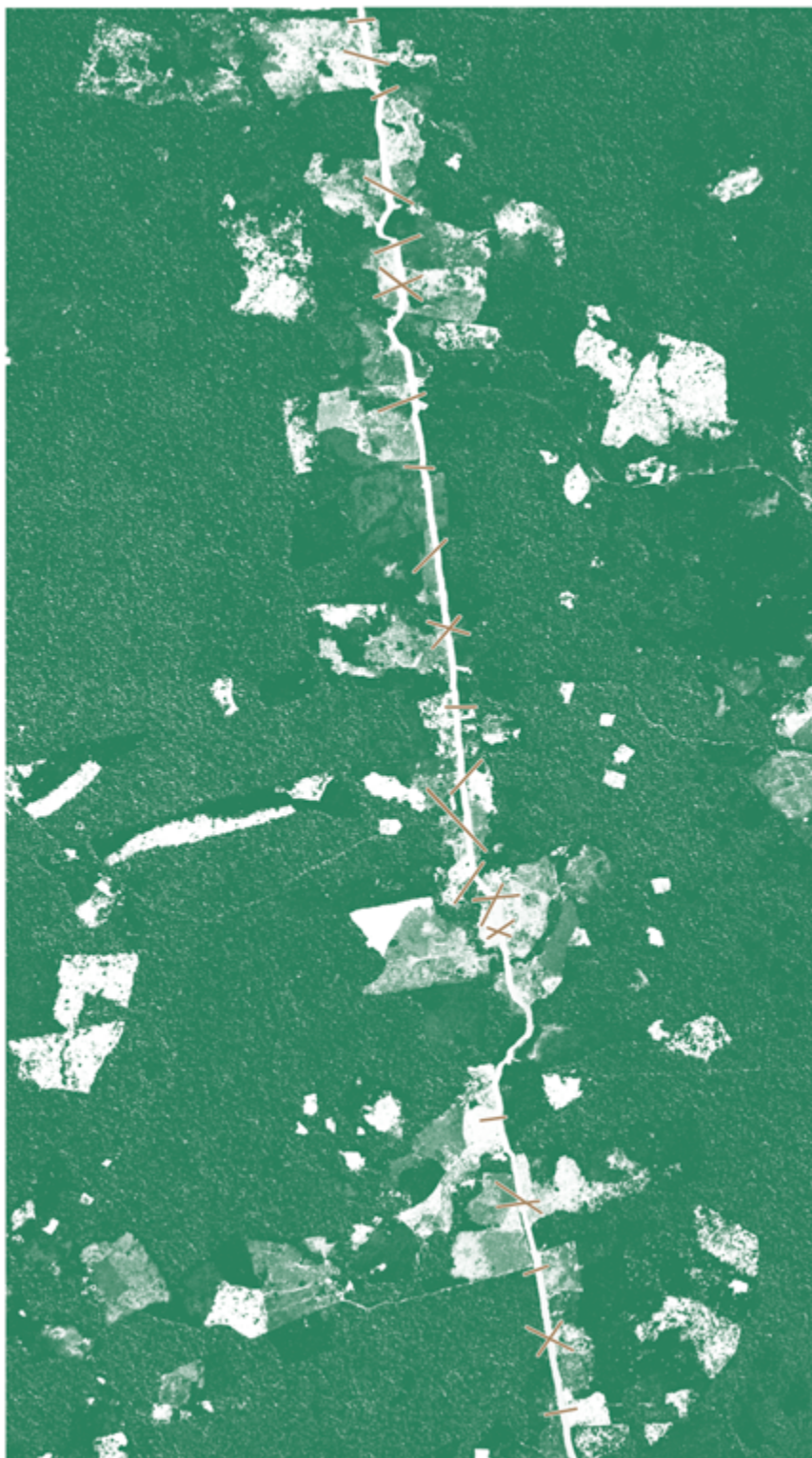
7 Para este motivo, as entrevistas são referidas neste briefing de acordo com um código de três dígitos entre parênteses, por ex. (001), em lugar dos nomes.

8 Fundamental para gerar confiança é o posicionamento do autor. Incluiu-se um registro completo de como isso ditou a pesquisa na Seção 3 do [relatório completo](#), porém, resumidamente: Sou um pesquisador-estudante ativista de classe média do norte da Europa. Nasci e cresci numa pequena ilha europeia conhecida por ser um paraíso fiscal. Tenho o privilégio de ter passaportes francês e britânico. Este histórico me motiva particularmente a enfrentar o poder das finanças e os legados do colonialismo no meu ativismo. Ambas as dinâmicas são centrais neste projeto. Assumi este projeto para servir o Debt for Climate: um movimento iniciado por povos do Sul Global que estão criando poder com os grupos indígenas, sindicatos, grupos feministas, ambientalistas e outros. Contudo, isso não desconsidera o fato de que o meu posicionamento – juntamente com o fato de nunca haver estado na Colômbia – gera muitos desafios éticos para esta pesquisa. No entanto, me esforcei significativamente para isso com os recursos que tinha disponíveis.

9 Consulte o [relatório completo](#) para obter informações metodológicas detalhadas na Seção 4 e Anexo 1.1 e sobre o marco teórico na Seção 2.

3

Mecanismos através dos quais a dívida pública externa da Colômbia impulsiona a destruição da Amazônia



Mecanismo direto

Destinos de investimentos

A dívida é investida em construção de rodovias na Amazônia colombiana, contribuindo diretamente para sua destruição e, indiretamente, acelerando a grilagem de terras e o extrativismo.

Um entrevistado mencionou como o investimento em rodovias se baseia na dívida pública:

“Quando há grandes obras de infraestrutura, particularmente por exemplo na Colômbia, onde há uma rodovia transamazônica [...] essas obras são realizadas através da dívida pública.”

Entrevista 2

As rodovias são um importante fator de desmatamento e degradação das florestas na Amazônia colombiana. A construção de rodovias leva, diretamente, à derrubada de árvores e à fragmentação do habitat nas florestas [18]. Indiretamente, as rodovias aceleram o extrativismo legal e ilegal barateando o acesso e tornando-o mais rentável (*Entrevista 11*) [18]. Os projetos de construção de rodovias também estão conectados com o desmatamento através da grilagem de terras e da corrupção (*Entrevista 2*) [33,34].

Embora a Amazônia colombiana tenha uma concentração muito elevada de rodovias ilegais (*Entrevistas 4 e 11*) [35] – com impactos similares na floresta, mas que não são financiadas pela dívida pública – a dívida pública continua a representar um papel no território. Um grande exemplo de rodovias financiadas pela dívida pública é a controversa e conflituosa rodovia que liga San Francisco a Mocoa, financiada por um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento [36,37].

Portanto, embora nem tudo esteja associado às rodovias, uma parte da dívida da Colômbia é diretamente investida na destruição da Amazônia colombiana.

Mecanismo direto

Pressão cambial

Como toda a dívida pública externa da Colômbia é feita em moedas estrangeiras, o Estado colombiano é pressionado a ampliar a mineração destrutiva e as operações petrolíferas para exportação.¹⁰

A pressão para desenvolver os setores de mineração e petróleo para exportação da Colômbia foi explicitamente destacada por três entrevistados (*Entrevistas 3, 7 e 11*):

“É uma relação perversa na qual contraímos a dívida, mas temos de pagar com nossos recursos naturais, como petróleo [,] ouro, carvão.”

Entrevista 7

“O aumento do endividamento implica pressões sobre o Estado colombiano para [...] ampliar a exportação de matérias-primas dos países periféricos.”

Entrevista 3

10 A Caixa 7 do relatório completo descreve como a composição da dívida pública externa da Colômbia evoluiu nos últimos 50 anos. Atualmente, 95% desta dívida é mantida em dólares americanos [38].

A mineração de diversos minerais é realizada na Amazônia colombiana, poluindo as fontes hídricas, aumentando o risco de violência e deslocando comunidades (*Entrevista 4*) [39,40]. O deslocamento, por sua vez, leva ao desmatamento, já que as pessoas são forçadas a colonizar novas áreas (*Entrevistas 1 e 10*). Da mesma forma, a extração de combustíveis fósseis resultou na poluição hídrica, disputas com as comunidades indígenas e o desmatamento seguido da imigração descontrolada de colonos [16].

É novamente importante observar que grande parte da extração mineral na região é realizada ilegalmente, com pouco envolvimento estatal (*Entrevistas 1 e 4*) [16,18]. Uma vez que essas operações ocorrem fora do controle nacional, elas estão imunes às pressões cambiais sobre o Estado, mesmo que o produto final possa muito bem ser exportado (*Entrevista 4*).

O Estado permanece, contudo, como um ator influente (*Entrevista 1*). A extração de minérios e petróleo é uma parte crucial das exportações da Colômbia, e o Estado incentiva a expansão destes setores (por ex. através de contratos e concessões) como meio de obter uma “divisa forte” para quitar suas dívidas [41]. A economia de Putumayo foi ditada pela extração petrolífera desde que o Estado construiu uma rodovia para, e contratada pela, Texaco na década de 1950 [16]. Atualmente, uma controversa mina de cobre, também em Putumayo, está sendo justificada pelo seu potencial de exportação como parte da “transição ecológica” [42,43]. Grande número de concessões de mineração se encontram em áreas protegidas, causando diversos prejuízos sociais e ecológicos (*Entrevistas 10 e 11*) [44–46]. A dívida da Colômbia, portanto, cria claramente uma pressão por moeda estrangeira que agrava a destruição da Amazônia colombiana expandindo a mineração (legal) e a extração petrolífera para exportação.¹¹

Mecanismo indireto

Limitação da fiscalização ambiental

As dívidas levam à redução do gasto ambiental, que limita a capacidade dos órgãos públicos, contribuindo para o conflito e o desmatamento na Amazônia colombiana.

A pressão do fardo da dívida colombiana resultou em inúmeras medidas de austeridade, incluindo a redução do financiamento ambiental. Dois entrevistados fizeram essa relação:

“O país deixa de fazer determinados investimentos para pagar a dívida pública. [E] o setor ambiental, particularmente na Colômbia, é um dos setores que recebe menos recursos.”

Entrevista 2

“Enquanto o pagamento da dívida consome 20% do orçamento, o investimento em meio ambiente é de aproximadamente 0,16%.”

Entrevista 11

11 O caso para esta aplicação para agropecuária, indústria madeireira e extração de óleo de palma é mais fraco: ver a Seção 6.2.2. do [relatório completo](#).

Embora o modelo de Parque Nacional possa ser disputado em termos do seu colonialismo, essa falta de financiamento é citada por pessoas que trabalham no Parque Nacional da Colômbia como o “principal fator” por trás dos conflitos relacionados com o Parque [47]. Isso fez com que os parques na Amazônia colombiana fossem chamados de “áreas protegidas no papel”, já que as instituições não tinham recursos suficientes para proteger contra a invasão na forma de, por exemplo, rodovias ilegais [48].

Em 2006, Pérez-Rincón encontrou provas de que a pressão pela dívida pública externa contribuiu para reduzir o financiamento ambiental, observando uma diminuição acentuada de 1997 em diante [49]. Neste período, o Estado colombiano acumulou dívida pública que, juntamente com outros fatores, o deixou “vulnerável” a qualquer choque econômico, um dos quais chegou na forma de crise financeira global de 1997 [50]. Esta crise levou a um acordo entre o Estado colombiano e o FMI, e a subsequente imposição de reformas como a privatização e a redução do gasto governamental, especialmente para os órgãos públicos descentralizados [50,51]. Entre tais órgãos na Amazônia colombiana estão as Agências de Parques Nacionais e as Corporações Regionais Autônomas [18].

Embora o choque financeiro tivesse ocorrido em 1997, o acordo só foi promulgado em 2000 [50], momento no qual o investimento ambiental na Colômbia tinha, de fato, estabilizado [49]. Portanto, é provável que a “pressão da dívida externa” tenha contribuído para a redução no gasto ambiental [49], levando a cortes orçamentários antecipando a lógica de austeridade do acordo que viria. A pressão da dívida externa da Colômbia resultou, consequentemente, na redução do gasto ambiental, contribuindo para o conflito e a destruição da Amazônia colombiana.

Mecanismo indireto

Liberalização do comércio

A dívida pressiona o Estado colombiano a se abrir para o investimento estrangeiro direto e para Acordos de Livre Comércio, provocando ameaças de crescimento de setores extrativistas intensificados e “medo regulatório”.

A liberalização do comércio – através do investimento estrangeiro direto (IED) e dos acordos de livre comércio (ALC) – é uma força destrutiva na Amazônia. Ambas as dinâmicas se baseiam em crises, relações de poder e lógicas conectadas à dívida pública externa da Colômbia.

Primeiramente, **o crescimento do IED leva ao extrativismo intensificado na Amazônia colombiana**. Os apoiadores do IED afirmam que ele pode “modernizar” a indústria colombiana importando novas tecnologias e modelos de negócio [45,52,53]. No caso das indústrias de extração, isso significa agravamento dos prejuízos ambientais e sociais [54]. Como indicado anteriormente, as operações petrolíferas da Texaco (EUA) tiveram impactos de longo prazo em Putumayo [16]. Enquanto isso, a Repsol (Espanha), a Endesa (Espanha), a Anglo Asian (Reino Unido) e a Libero (Canadá) estão por trás de alguns dos maiores conflitos judiciais ambientais na região [46,55,56].

Esses conflitos são “crônicas de genocídios e ecocídios anunciados” na medida em que o Estado desempenha um papel ativo, enchendo de empresas estrangeiras com títulos de mineração enquanto a população local é desapropriada e prejudicada [45,46,57].

Até a crise da dívida da América Latina na década de 1980, a Colômbia tinha controles relativamente rigorosos sobre o IED [53]. Durante a crise, a Colômbia sofreu uma fuga de capital significativa e rápido aumento dos níveis de dívida [38,58,59]. Uma vez que o IED é uma das únicas opções para obter moeda estrangeira [60], a pressão para liberalizar cresceu. O BM, o BID e o FMI usaram a dívida e uma abordagem baseada no incentivo e na punição para introduzir uma série de políticas favoráveis ao IED, como o código de mineração de 2001 (*Entrevista 11*) [45].¹² O crescimento prejudicial do IED resulta da pressão dos credores, exposição (através da dívida) a uma crise da dívida pública continental e a pressão por pagar a dívida em si. Por outro lado, isso levou à “modernização” e intensificação dos setores extrativistas, que gera ainda mais prejuízo e conflito.

Em segundo lugar, **as cláusulas da Resolução de Litígios entre Investidores e o Estado (ISDS, em inglês) nos ALCs da Colômbia encorajaram os agentes extrativistas na Amazônia.** No âmbito de um ISDS, a Cosigo Resources (uma empresa canadense de mineração de ouro) está processando o Estado colombiano em mais de USD 16 bilhões [61,62], mais de um quarto do orçamento anual total do país [63].

“Simplesmente não encaixa.”

Entrevista 11

O temor desses elevados pedidos – ou mesmo as despesas legais de enfrentá-los – deixa os órgãos públicos com medo das empresas, um fenômeno conhecido como medo regulatório e é especialmente forte em “países em desenvolvimento” (*Entrevista 10*) [64]. Embora seja “difícil de detectar”, um caso famoso demonstra como o medo regulatório possibilitou a autorização de uma mina numa floresta protegida da Indonésia [64]. Na Amazônia colombiana, somente as autorizações de prospecção petrolífera abrangem 28% do território (*Entrevista 11*) [3], enquanto metade do portfólio crescente de casos de ISDS da Colômbia são trazidos por empresas petrolífera e mineadoras [65,66]. Dado o histórico de causar conflitos desses setores na região [46], esta cláusula representa uma clara ameaça ao território.

Sendo “os dois lados do neocolonialismo”, a dívida e os ALCs estão intimamente conectados [67,68]. O ALC entre a Colômbia e os EUA (contendo uma cláusula ISDS) foi ditado por dinâmicas de poder entre credor e devedor: os EUA controlam o FMI e o BM, a dívida da Colômbia está contraída principalmente em dólares americanos e o Estado carece de alternativas para gerar dólares americanos [41,69–72].

Portanto, através do medo regulatório e do IED, a liberalização do comércio é claramente uma ameaça à Amazônia colombiana. A dívida está conectada a esses fenômenos na medida em que o IED e os ALCs são objetivos dos credores e a Colômbia é pressionada a adotar essas mudanças por causa do seu endividamento.

12 Seção 6.2.2

Insegurança crescente

A dívida agrava as condições de insegurança – sem opções econômicas alternativas, a população recorre às atividades extrativistas: de forma independente ou sob exploração.

A dívida da Colômbia leva a uma redução dos gastos sociais, choques de política e inflação importada – condições sociais opressivas que deixam a população vulnerável, frequentemente endividada e sem alternativas econômicas.

Em primeiro lugar, a falta de programas sociais provoca insegurança, pobreza e desigualdade (*Entrevistas 3 e 6*) [73]. Durante a crise da dívida da América Latina, a Lei 100 (1993) viu muitos programas de saúde e seguridade social da Colômbia serem privatizados [74]: “[A dívida implica] a impossibilidade do Estado colombiano de prover [...] bem-estar” (*Entrevista 6*). Em segundo lugar, a dívida induz medidas de choque econômico que afetam os mais marginalizados (*Entrevistas 3, 4, 8 e 9*). Durante anos após a crise da dívida da América Latina, os impostos nacionais aumentaram enquanto as leis trabalhistas encolheram [52]: “As exigências dos bancos pela dívida pública, [...] onde implementam medidas de choque tão terríveis, pioram cada vez mais” (*Entrevista 9*). Em terceiro lugar, como 95% da dívida colombiana está contraída em dólares americanos [38], ela essencialmente importa a inflação dos EUA; com inflação de “dois dígitos”, os colombianos são levados a endividamento familiar com taxas de juros insustentáveis de 25-50% (*Entrevista 3*): “Na Colômbia, 40% ou 50% da população não consegue receber sequer um salário-mínimo. Portanto, a questão é: como essas pessoas se sustentam? Se essa renda não consegue atender às necessidades básicas, é aí que entra o endividamento, também. Dívida das famílias e dos lares.” (*Entrevistas 3*).

Essa insegurança econômica e uma falta de alternativas levam a população atividades de agropecuária ou cultivos ilícitos (*Entrevistas 1 e 6*), e também os deixa vulneráveis à exploração de atores extrativistas poderosos (*Entrevistas 8 e 9*) [33] incluindo as famílias, as empresas e os grupos criminosos (*Entrevistas 4 e 10*).

“As pessoas precisam desmatar para poder cultivar e colher, e grande parte do desmatamento também está associado a cultivos ilícitos.”

Entrevista 6

“Não há alternativas para os produtores.”

Entrevista 1

“Parte das alternativas de emprego que existem são criadas pelos grupos criminosos.”

Entrevista 4

De um modo geral, está claro que a dívida contribuiu para condições sociais que possibilitaram a destruição da Amazônia colombiana.

É preciso ter cuidado com esta conjuntura; embora esse mecanismo pareça identificar aqueles que vivem em condições de insegurança como os principais agentes do desmatamento, tal análise poderia ser compreendida para apoiar respostas políticas que – sob o pretexto de combater o desmatamento – levam à sua repressão. Esta resposta cega evita combater as principais causas do problema e apenas causa mais conflitos (*Entrevista 10*).

Ferramenta disciplinar

A dívida impõe uma lógica desenvolvimentista sobre a Amazônia colombiana que está na raiz da sua destruição.

A dívida é uma ferramenta de neocolonialismo, que disciplina a Colômbia a acatar o desenvolvimentismo criando uma dependência no financiamento do desenvolvimento e várias pressões sobre o Estado para obedecer.

Em primeiro lugar, vimos como a dívida levou à redução dos gastos ambientais e sociais (*Entrevistas 2, 3 e 8*). O financiamento do desenvolvimento internacional preenche a lacuna mas traz com ele uma visão de mundo diferente: “[A dívida] assume uma parte considerável do orçamento nacional [que significa] que o nosso governo pode oferecer menos programas sociais, programas ambientais. [...] Esses programas são, ao fim e ao cabo, o que o *Norte quer*” (*Entrevista 6, itálicos nossos*). Em segundo lugar, o Estado colombiano apresenta um caminho claro para se reproduzir: o desenvolvimento. O Estado colombiano frequentemente usou sua agência para oprimir e explorar violentamente a Amazônia (*Entrevista 7*)^[75,76]. Contudo, o Estado também se oprimiu: sua agência é significativamente limitada pela dívida (*Entrevistas 3 e 10*). Isso funciona através dos mecanismos descritos acima, e munindo a oposição política com uma desculpa para resistir à mudança (*Entrevista 8*)^[9]: “essas relações de violência física são determinadas ou justificadas por uma violência estrutural econômica que emana do endividamento público” (*Entrevista 3*)

Esses dois mecanismos impõem o desenvolvimentismo na Amazônia colombiana. O desenvolvimento é um paradigma capitalista colonial: um sistema para o crescimento econômico “baseado na desigualdade social”, para o qual “a diversidade étnica e cultural é um impedimento”^[77,78]. As “desarmonias” que isso gera são compreendidas como a causa da destruição da Amazônia (*Entrevistas 3, 5 e 7*):

“a falta de respeito, ou a imposição de interesses do Ocidente sobre os sistemas de reconhecimento dos povos indígenas, especialmente na Amazônia, é que levou a esta situação de pressão sobre a natureza na Amazônia colombiana [...] essas imposições trazidas pelo Estado, pelo mercado e por ONGs sobre os territórios indígenas começam a gerar desarmonias.”

Entrevista 7

Tais “desarmonias” podem ser encontradas nos projetos de Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação das florestas (REDD+) da ONU – um dos muitos programas no território que visa transformar a natureza em mercadoria (*Entrevistas 2, 3, 6, 10 e 11*).¹³ Embora justificado por narrativas antidesmatamento, os projetos REDD+ são social e ontologicamente destrutivos. Os direitos das comunidades são desrespeitados e as negociações não são claras, gerando divisão social (*Entrevistas 10 e 11*).

13 A seção 6.2.2 do relatório completo contém mais exemplos.

Esses projetos podem também impor “lógicas predatórias” sobre as comunidades indígenas (*Entrevistas 3 e 11*). Os pagamentos a famílias “guardabosque” podem gerar uma fratura na qual, em vez de serem “parte da natureza, assim como a natureza é parte delas”, as pessoas começam a ver a natureza como separada delas (*Entrevista 3*). Isso é alienação e individualização: processos fundamentais de mercantilização capitalista [79].

“Um guarda-florestal [...] não pode viver na floresta. Ele cuida da floresta, é diferente. [...] Quem cuida da casa está fora da casa; e quem vive na casa, vive nela.”

Entrevista 3

Operando através de atores de desenvolvimento e o Estado em si, a dívida da Colômbia impõe o desenvolvimentismo na Amazônia colombiana. Isso muda a forma como as pessoas se relacionam consigo mesmas e com a Amazônia mais que humana – essas desarmonias representam uma força destrutiva na Amazônia.

Mecanismo indireto

Custo de oportunidade

O pagamento da dívida pública externa da Colômbia desvia importantes recursos de iniciativas transformadoras que abordariam as principais causas da destruição da Amazônia.

Quase todos os entrevistados mencionaram como os recursos alocados para pagar a dívida poderiam ser gastos de outra forma em inúmeras finalidades mais transformadoras, incluindo aquelas que aliviam as principais causas do desmatamento e dos conflitos (*Entrevistas 1, 2, 3, 5, 6, 7 y 8*). Podemos chamar isso de “custo de oportunidade” da dívida [80].

“Se esses recursos fossem usados para combater a fome que existe aqui ou para evitar o desmatamento, seria útil.”

Entrevista 7

Na Colômbia, um governo potencialmente transformador está sendo contido pelas estruturas econômicas como a dívida, uma visão mantida no governo [81] e por observadores externos:

“A abordagem mudou com o governo de Gustavo Petro. Há uma mudança para proteger o território. Há um esforço para deter a prospecção de petróleo. [...] Há um esforço para fazer uma transição, [mas] para realizar as transformações – ambientais, políticas ou culturais – precisamos de uma mudança econômica. Sem ela, [essas] transformações são impossíveis.”

Entrevista 3

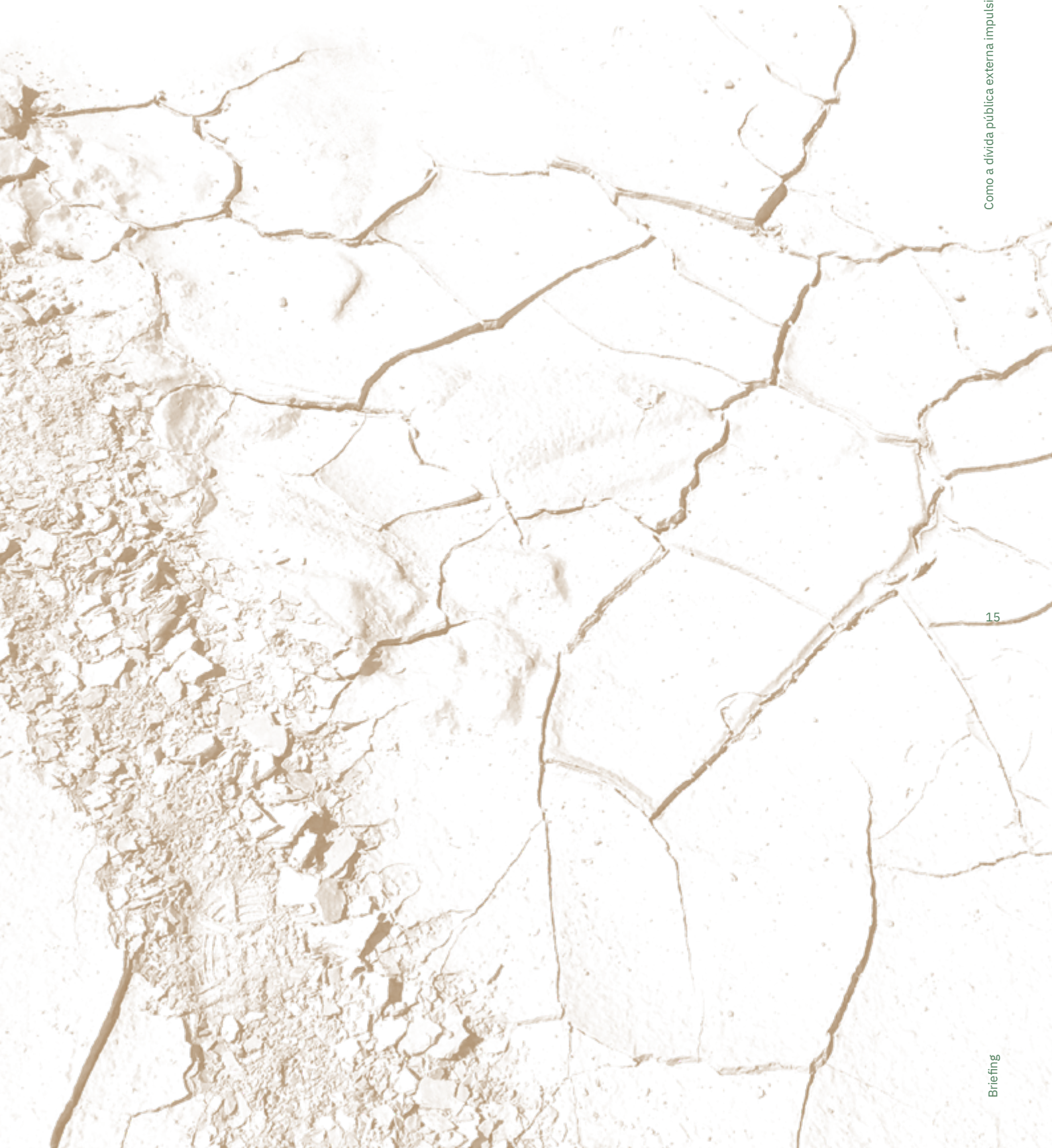
Uma das iniciativas transformadoras no governo de Petro que os entrevistados consideraram que estava combatendo positivamente as principais causas da destruição da Amazônia são as parcerias públicas-comunitárias. Esta abordagem participativa centra o conhecimento das comunidades locais e o usa como base para ações públicas (*Entrevistas 10 e 11*): “nada sobre nós, sem nós” [82,83].

Outra iniciativa é a transformação do sistema de posse de terras perto de águas na Colômbia, a “principal transformação” do Plano de Desenvolvimento Nacional do governo, que aborda uma causa reconhecida de conflitos e desmatamento na Colômbia (*Entrevistas 1, 10 e 11*) [33,39,84]. Esta iniciativa recebeu 14 vezes menos recursos todos os anos que as obrigações de pagamento da dívida do Estado (*Entrevista 11*).

O pagamento da dívida pública externa da Colômbia representa um enorme custo de oportunidade. Importantes recursos são desviados de iniciativas transformadoras que poderiam abordar as principais causas da destruição da Amazônia. Embora não haja garantias de que o financiamento liberado fosse destinado a essas iniciativas, o governo de Petro está implementando atualmente iniciativas que são amplamente apoiadas por aqueles com uma compreensão direta do contexto, e a dívida está atrasando esse esforço.

4

Mecanismos através dos quais o desmatamento da Amazônia colombiana leva a mais dívida pública externa



Enchentes e deslizamentos de terra

O desmatamento leva a perdas de solo e um aumento do risco de enchentes e deslizamentos de terra; responder a esses eventos requer contrair mais dívida.

A destruição da Amazônia colombiana leva a um risco mais elevado de inundações e deslizamentos de terra devastadores. O desmatamento implica uma mudança na cobertura do solo que, particularmente no caso da agropecuária, provoca a perda de solo. O solo bloqueia os canais de drenagem e provoca um aumento no risco de enchentes [85]. Um entrevistado citou enchentes devastadoras em Putumayo em 2012, que afetaram mais de um terço dos moradores de Putumayo (*Entrevista 6*) [86].

Os deslizamentos de terra também são um problema grave. A cidade de Mocoa perdeu centenas de moradores num deslizamento de terra em 2017 [42,87]. Embora o Presidente tenha dito naquele momento que era um “desastre causado [...] pela mudança climática, está também claramente “relacionado com o desmatamento” [42,88,89]. Espera-se que o financiamento da recuperação, uma estimativa parcial da perda e do dano, atinja mais de 1 trilhão de pesos colombianos (mais de USD 250 milhões) [90]. Isso representa cerca de três vezes o orçamento anual de Putumayo – e aproximadamente 0,5% do orçamento anual de todo o país – em 2017 [63,91].

Danos climáticos

O desmatamento é um dos principais responsáveis pela crise climática que, na Amazônia colombiana, é experimentada como secas e enchentes; responder a esses eventos requer assumir mais dívida.

O desmatamento é um dos principais responsáveis pela crise climática (*Entrevistas 2, 4, 5, 9 e 10*) [92]. Na Colômbia, esta crise é experimentada como perda e danos à infraestrutura, recursos hídricos, agricultura, ecossistemas e saúde humana [93]. Na Amazônia colombiana, espera-se que as enchentes continuem a aumentar em frequência e intensidade [94].

Os danos relacionados às enchentes na Colômbia provenientes do El Niño/La Niña já causaram danos de USD 6 bilhões em 2010 e 2011; à medida que a crise climática se agrava, espera-se que ocorram eventos meteorológicos desastrosos com mais frequência [93,95], estando a região amazônica num risco particularmente alto de exposição a tais eventos [96].

Responder a essas perdas e danos, estejam os impactos na Amazônia ou em outra região da Colômbia, exige que o Estado colombiano contraia mais dívida:

“Nossos países não têm de onde obter dinheiro para poder [reparar as perdas e danos], então o que está acontecendo agora é que eles solicitam créditos para poder reparar, e isso aumenta a dívida pública.”

Entrevista 6.

Recentemente, o Estado colombiano e o Banco Mundial estabeleceram uma linha de crédito de USD 250 milhões para garantir que, quando ocorram “desastres de causas naturais ou climáticas”, o governo tenha “liquidez rápida” [97]. Para além desta liquidez, o governo acabará também mais endividado¹⁴.

14 O financiamento adicional pode não ser o único impacto, sendo as taxas de juros mais altas e a imposição de políticas regressivas também um risco [98,99].

5 Resultados e implicações políticas¹⁵

Foram descritos sete mecanismos através dos quais a dívida pública externa impulsiona a destruição da Amazônia colombiana, juntamente com outros dois mecanismos que explicam como o desmatamento na Amazônia colombiana leva ao aumento da dívida pública externa na Colômbia. Concluímos com três resultados finais:

- Um círculo vicioso conecta a dívida pública externa e a destruição da Amazônia colombiana.

A dívida – apesar de estar escondida – é um dos fatores estruturais da destruição da Amazônia colombiana. Contudo, com mecanismos que conectam a dívida à destruição e vice-versa, também pode ser visto como esses dois fenômenos alimentam um ao outro, criando um círculo vicioso.

A dívida impulsiona a destruição da região através do financiamento direto de rodovias, a imposição de visões de mundo desenvolvimentistas e outros mecanismos. A destruição da Amazônia leva a mais dívida através de mecanismos que incluem o aumento da exposição a enchentes dispendiosas. De um modo geral, esses resultados complementam os estudos quantitativos que mostram que o aumento da dívida leva a mais desmatamento [100]. Eles também dão precisão adicional a vozes indígenas amazônicas da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA, em espanhol), que também reconhece que a dívida é um fator da destruição da Amazônia [3].

- O pagamento da dívida pública externa representa um enorme custo de oportunidade e inviabiliza a possibilidade de implementar iniciativas transformadoras.

A obrigação de pagar a dívida pública externa impede o Estado colombiano de alocar os seus recursos limitados em iniciativas que podem transformar as principais causas da destruição da Amazônia. Isso foi reconhecido por quase todos os entrevistados como um dos principais impactos da dívida da Colômbia.

Teoricamente, não há garantias de que os recursos liberados seriam destinados para qualquer finalidade específica. Na prática, contudo, o Estado colombiano no governo de Petro está atualmente tentando prover recursos para iniciativas transformadoras, mas está sendo impedido pelas obrigações de pagamento da dívida. Uma dessas iniciativas é a parceria pública-comunitária. Outra é a transformação do sistema de posse de terras perto de águas da Colômbia – neste caso, 14 vezes mais recursos são destinados ao pagamento da dívida pública externa do que para este processo transformador.

- A dívida pública externa é uma ferramenta atual do projeto colonial

A dívida impõe os interesses do capitalismo colonial sobre o território da Amazônia, em continuidade com a história da colonização impulsionada pela quinina e pela borracha da região. Esta imposição ocorre através da pressão cambial, do IED, e disciplinando o território no desenvolvimentismo. Embora a dívida se beneficie globalmente da proteção política da narrativa de desenvolvimento [41], a conexão da dívida com o desenvolvimento é, na verdade, um dos seus aspectos mais destrutivos.

O estado de endividamento da Colômbia remonta ao momento da independência colonial formal e sustenta muito da injustiça atual da Colômbia; sendo assim, é claramente uma parte do projeto colonial, muito embora isso tenha supostamente terminado há muito tempo (*Entrevista 7*) [101]. Portanto, para recuperar a soberania dos povos da Amazônia colombiana, faz-se necessário abordar a dívida pública externa da Colômbia.

- Implicações políticas

Em termos políticos, as opções convencionais para abordar a interconexão entre a dívida e a preservação da natureza são amplamente limitadas a trocas de dívida por natureza [102].

Contudo, as trocas dívida por natureza representam incursões sobre a soberania da Colômbia (*Entrevistas 3 e 11*). O típico modelo de trocas envolve ONGs do Norte Global que negociam um cancelamento parcial da dívida em troca de uma nova área protegida ou uma iniciativa diferente de desenvolvimentismo. Isso cria “desarmonias”: pode deixar a população local desabrigada ou caracterizada como atores prejudiciais em vez de cuidadores do território (*Entrevista 11*). É possível formar modelos alternativos de trocas que preservem a soberania – o governo da Colômbia está agora pedindo mais trocas de dívida por ações climáticas (*Entrevista 11*) – mas, em qualquer caso, as trocas não são aconselháveis. Isso ocorre porque as trocas dívida por natureza não representam o tipo de ação transformadora necessária (*Entrevista 4*). Através de estratégias de preservação e da quantia de dívida que permanece intacta, as trocas dívida por natureza criam uma ilusão de ação ao mesmo tempo em que deixam intactos os fatores estruturais subjacentes da destruição da Amazônia (*Entrevista 4*) [103].

Por outro lado, o cancelamento da dívida total incondicional poderia aliviar a pressão da dívida e criar espaço para políticas transformadoras na Amazônia. Embora não seja uma solução milagrosa, isso poderia representar um papel importante como primeiro passo em direção à devolução da dívida ecológica do território (*Entrevista 11*) [10]. O cancelamento da dívida foi concebido como um ato de justiça [99,104], uma perspectiva crucial que as trocas dívida por natureza ignoram completamente.

6 Considerações finais

Os mecanismos definidos neste estudo mostram como o capitalismo colonial usa a dívida pública externa para pressionar a Amazônia colombiana. É provável que mecanismos similares estejam em jogo em outros países amazônicos. O cancelamento da dívida não só sacudiria o sistema capitalista, como também representaria um primeiro passo tangível para quitar a enorme dívida ecológica e colonial que os países do Norte Global têm para com os países amazônicos. O cancelamento da dívida pública externa requer a criação de poderes que vem debaixo e aproveitar oportunidades como essa apresentada pelo ano jubilar 2025. Enquanto o Estado colombiano permanecer endividado, a Amazônia estará sempre em perigo.

Bibliografía

1. Zambrano-Cortés, D.G.; Behagel, J.H. The Political Rationalities of Governing Deforestation in Colombia. *Forest Policy and Economics* 2023, *154*, 103029, doi:10.1016/j.forpol.2023.103029.
2. Hänggli, A.; Levy, S.A.; Armenteras, D.; Bovolo, C.I.; Brandão, J.; Rueda, X.; Garrett, R.D. A Systematic Comparison of Deforestation Drivers and Policy Effectiveness across the Amazon Biome. *Environ. Res. Lett.* 2023, *18*, 073001, doi:10.1088/1748-9326/acd408.
3. Quintanilla, M.; Guzman Leon, A.; Josse, C. *Amazonia Against The Clock 2022: A Regional Assessment on Where and How to Protect 80% by 2025*; Amazonia for Life: Protect 80% by 2025 Coalition, 2022.
4. Warlenius, R.; Pierce, G.; Ramasar, V. Reversing the Arrow of Arrears: The Concept of “Ecological Debt” and Its Value for Environmental Justice. *Global Environmental Change* 2015, *30*, 21–30, doi:10.1016/j.gloenvcha.2014.10.014.
5. Cabaña Alvear, G.; Vandana Only for the Global North? Questioning the ‘Who Should Degrow’ Issue. *Degrowth Journal* 2023, *1*. doi:10.36399/Degrowth.001.01.03.
6. Gaeta, P.C. Los ecosistemas no tienen fronteras. *Nuestra America Verde* 2023.
7. United Nations Conference on Trade and Development *Tackling Debt and Climate Challenges in Tandem: A Policy Agenda*; Policy Brief; United Nations Conference on Trade and Development, 2022.
8. Graeber, D. *Debt: The First 5,000 Years*; Melville House: Brooklyn, N.Y, 2011; ISBN 978-1-933633-86-2.
9. *Imperialism and the Political Economy of Global South’s Debt*; Sylla, N.S., Ed.; Research in Political Economy; Emerald Publishing Limited, 2023; ISBN 978-1-80262-484-7.
10. Debt for Climate FAQ Disponible on-line: <https://www.debtforclimate.org/faq> (accesado em 22 de novembro de 2023).
11. Galindo, C.A.; Gómez, J.F. El Sistema de la Deuda en Colombia. *CADTM* 2018.
12. Gómez Celi, J.F. Tendencias de la gestión política de la deuda pública 2002-2020: Casos de estudio Argentina, Colombia y Ecuador., Universidad Nacional de Colombia: Bogotá, 2023.
13. Palacio Castañeda, G.A. *Cinco ejes analíticos para comprender la Amazonia actual*; Políticas Públicas; Foro Nacional Ambiental: Bogotá, 2007; p. 16.
14. BBC News Mundo Cien años después, la Amazonía recuerda uno de sus episodios más trágicos. *BBC News Mundo* 2012.
15. Gomez Chaparro, C. The Value of the sacred: Extraction of natural resources in territories of the Colombian Amazon, McGill University: Montreal, 2021.
16. Revelo-Rebolledo, J. The Political Economy of Amazon Deforestation: Subnational Development and the Uneven Reach of the Colombian State, University of Pennsylvania, 2019.
17. Ruiz, S.L.; Sánchez, E.; Prieto, A.; Gómez, R.; et al. *Diversidad biológica y cultural del sur de la Amazonia colombiana: diagnóstico*; Corpoamazonia: Bogotá, 2007; ISBN 978-958-8343-15-0.
18. Armenteras, D.; Gonzalez, T.; Ramírez-Delgado, J.P.; Meza Elizalde, M.C.; Cabrera, E.; García, G.; Yepes, A. *Causas de degradación forestal en Colombia: una primera aproximación*; IDEAM: Bogotá, 2018; ISBN 978-92-5-130582-9.
19. Potter, L. Colombia’s Oil Palm Development in Times of War and ‘Peace’: Myths, Enablers and the Disparate Realities of Land Control. *Journal of Rural Studies* 2020, *78*, 491–502, doi:10.1016/j.jrurstud.2019.10.035.
20. Guerrero, J.A.R.; Beltrán Rejas, M.E.; Rodríguez, M.A. *Deuda y DEG en Colombia*; Cedetrabajo, 2021; p. 19.
21. Jubilee South Manifesto Disponible on-line: <https://www.jubileesouth.net/> (accesado em 21 de setembro de 2023).

22. Ambrose, S. Social Movements and the Politics of Debt Cancellation. *Chicago Journal of International Law* 2005, 6.
23. Josselin, D. From Transnational Protest to Domestic Political Opportunities: Insights from the Debt Cancellation Campaign. *Social Movement Studies* 2007, 6, 21–38, doi:10.1080/14742830701251252.
24. Sorg, C. *Social Movements and the Politics of Debt: Transnational Resistance against Debt on Three Continents*; Amsterdam University Press, 2022; ISBN 978-90-485-5327-3.
25. Araujo, G. Brazil Says UN Confirmed Amazonian City of Belem as COP30 Host. *Reuters* 2023.
26. Organización del Tratado de Cooperación Amazónica About Us. Disponível on-line: <http://otca.org/en/about-us/> (acessado em 3 de outubro de 2023)..
27. Bautista-Céspedes, O.V.; Willemen, L.; Castro-Nunez, A.; Groen, T.A. The Effects of Armed Conflict on Forest Cover Changes across Temporal and Spatial Scales in the Colombian Amazon. *Reg Environ Change* 2021, 21, 70, doi:10.1007/s10113-021-01770-6.
28. Russell, B. Beyond Activism/Academia: Militant Research and the Radical Climate and Climate Justice Movement(s). *Area* 2015, 47, 222–229, doi:10.1111/area.12086.
29. Loach, M. *It's Not That Radical: Climate Action to Transform Our World*; Dorling Kindersley Limited: London, 2023; ISBN 978-0-241-59753-8.
30. Derickson, K.D.; Routledge, P. Resourcing Scholar-Activism: Collaboration, Transformation, and the Production of Knowledge. *The Professional Geographer* 2015, 67, 1–7, doi:10.1080/00330124.2014.883958.
31. Álvarez, L.; Coolsaet, B. Decolonizing Environmental Justice Studies: A Latin American Perspective. *Capitalism Nature Socialism* 2018, 31, 50–69, doi:10.1080/10455752.2018.1558272.
32. Öztürk, Y.M. An Overview of Ecofeminism: Women, Nature and Hierarchies. *the Journal of Academic Social Sciences* 2020, 81, 705–714, doi:10.29228/JASSS.45458.
33. Rodríguez-de-Francisco, J.C.; del Cairo, C.; Ortiz-Gallego, D.; Velez-Triana, J.S.; Vergara-Gutiérrez, T.; Hein, J. Post-Conflict Transition and REDD+ in Colombia: Challenges to Reducing Deforestation in the Amazon. *Forest Policy and Economics* 2021, 127, 102450, doi:10.1016/j.forpol.2021.102450.
34. *Colombia país de bosques*; Valencia, M.F., Rodríguez Becerra, M., Eds.; Alpha Editorial: Bogotá, 2023; ISBN 978-958-778-737-5.
35. Faleiros, G. Routes into the Forest | Amazonia at the Crossroads. Disponível on-line: <https://crossroads.amazoniasocioambiental.org/story/caminos-selva-adentro> (acessado em 2 de fevereiro de 2024).
36. IDB San Francisco-Mocoa Alternate Road Construction Project - Phase I Disponível on-line: <https://www.iadb.org/en/whats-our-impact/CO-L1019> (acessado em 7 de fevereiro de 2024).
37. Uribe, S. *Frontier Road: Power, History, and the Everyday State in the Colombian Amazon*; Wiley/ Blackwell: Hoboken, NJ, 2017; ISBN 978-1-119-10017-1.
38. World Bank IDS Online Tables: Colombia 2022.
39. Krause, T. Reducing Deforestation in Colombia While Building Peace and Pursuing Business as Usual Extractivism? *Journal of Political Ecology* 2020, 27, doi:10.2458/v27i1.23186.
40. Murad, C.A.; Pearse, J. Landsat Study of Deforestation in the Amazon Region of Colombia: Departments of Caquetá and Putumayo. *Remote Sensing Applications: Society and Environment* 2018, 11, 161–171, doi:10.1016/j.rsase.2018.07.003.
41. Hickel, J. *The Divide: A Brief Guide to Global Inequality and Its Solutions*; William Heinemann: London, 2017; ISBN 978-1-78515-112-5.
42. Bermúdez Liévano, A.; Kaplan, A.; Lehren, A. Powerful U.S. Political Family Linked to Copper Mining in the Colombian Rainforest. Disponível on-line: <https://pulitzercenter.org/stories/powerful-us-political-family-linked-copper-mining-colombian-rainforest> (acessado em 21 de dezembro de 2023).
43. Carvajal Vargas, C. del P. Colombia: The “Energy Transition” Jeopardizes the Northwestern Amazon Basin. *World Rainforest Movement* 2024.

44. El Espectador La amenaza minera en el Alto Putumayo. *El Espectador* 2020.
45. Gutiérrez-Gómez, L. Mining in Colombia: Tracing the Harm of Neoliberal Policies and Practices. In *Environmental Crime in Latin America: The Theft of Nature and the Poisoning of the Land*; Rodríguez Goyes, D., Mol, H., Brisman, A., South, N., Eds.; Palgrave Studies in Green Criminology; Palgrave Macmillan UK: London, 2017; pp. 85–113 ISBN 978-1-137-55705-6.
46. *Entrevista a Pau Soler, documentalista ambiental y social*; Lahuitdenia, 2014.
47. De Pourcq, K.; Thomas, E.; Arts, B.; Vranckx, A.; Léon-Sicard, T.; Van Damme, P. Understanding and Resolving Conflict Between Local Communities and Conservation Authorities in Colombia. *World Development* 2017, *93*, 125–135, doi:10.1016/j.worlddev.2016.12.026.
48. Tarazona, D. Colombian Amazon Park Rangers Face Violence, Threats by Illegal Armed Groups Disponível on-line: <https://news.mongabay.com/2023/12/colombian-amazon-park-rangers-face-violence-threats-by-illegal-armed-groups/> (acessado em 2 de março de 2024).
49. Pérez-Rincón, M.A. Comercio Internacional y Medio Ambiente en Colombia, Universitat Autònoma de Barcelona: Barcelona, 2006.
50. Luzardo-Luna, I. *Colombia's Slow Economic Growth: From the Nineteenth to the Twenty-First Century*; Palgrave Studies in Economic History; Springer International Publishing: Cham, 2019; ISBN 978-3-030-25754-5.
51. Bretton Woods Project Strikers in Colombia in Protest at IMF and Debt Disponível on-line: <https://www.brettonwoodsproject.org/1999/09/art-15472/> (acessado em 21 de setembro de 2023).
52. Lora, E. *Structural Reforms in Latin America: What Has Been Reformed and How to Measure It*; Inter-American Development Bank: Washington DC, 2001.
53. Montoya, M.U. Inversión extranjera en Colombia: un recuento. *Revista del Banco de la República* 1996, *69*, 5–32.
54. Sapkota, P.; Bastola, U. Foreign Direct Investment, Income, and Environmental Pollution in Developing Countries: Panel Data Analysis of Latin America. *Energy Economics* 2017, *64*, 206–212, doi:10.1016/j.eneco.2017.04.001.
55. Duarte Abadía, B.; Urrea, D.; Calle, D.; Harman, J.; Quijano, J.; Alvarez, J.; Villamizar, J.; Maldonado, T. *Extractivismo, conflictos y resistencias*; CENSAT Agua Viva, 2014;
56. SIAT-AC Atlas de conflictos socioambientales de la Amazonia colombiana. Minería de cobre y otros minerales en la cuenca alta del río Mocoa. *SIAT-AC* 2022.
57. Sierra, J.; Schwartz, B. Mining Reforms Have Left Colombia's Artisanal Miners behind. *IIED* 2020.
58. Ahumada, C.; Andrews, C.W. The Impact of Globalization on Latin American States: The Cases of Brazil and Colombia. *Administrative Theory & Praxis* 1998, *20*, 452–467.
59. Isla, A. The Debt Crisis in Latin America: An Example of Unsustainable Development. *Canadian Woman Studies* 1993, *13*, 65–68.
60. Rowland, P. *The Colombian Sovereign Spread and Its Determinants*; Banco de la República: Bogotá, Colombia, 2004.
61. Bathke, B.; Ortega, S. Canadian Junior Miner, Colombia in Trade Dispute over Rights at National Park. *Stop Investor-State Dispute Settlement* 2016.
62. UNCTAD Cosigo Resources and Others v. Colombia | Investment Dispute Settlement Navigator Disponível on-line: <https://investmentpolicy.unctad.org/investment-dispute-settlement/cases/726/cosigo-resources-and-others-v-colombia> (acessado em 25 de janeiro de 2024).
63. Galindo, C.A.; Gómez, J.F. Colombia: El Presupuesto General de la Nación en el Pos-Acuerdo una farsa para los movimientos y sectores sociales. *CADTM* 2017.
64. Tienhaara, K. Regulatory Chill in a Warming World: The Threat to Climate Policy Posed by Investor-State Dispute Settlement. *Transnational Environmental Law* 2018, *7*, 229–250, doi:10.1017/S2047102517000309.

65. Alsema, A. NGO's Urge Colombia to Sink Investor Protection Treaties. *Colombia News / Colombia Reports* 2023.
66. González, J.; Cruz, S.; González, F. An Overview of Investment Disputes Involving the Colombian State. Disponível on-line: <https://www.uria.com/en/publicaciones/8221-an-overview-of-investment-disputes-involving-the-colombian-state-lessons-learned> (acessado em 9 de julho de 2024).
67. GRAIN; Attac Maroc; CADTM Africa; Tunisian Observatory of the Economy Free Trade and Debt: The Two Sides of Neocolonialism. *Bilaterals* 2023.
68. Toussaint, E. How Debt and Free Trade Subordinated Independent Latin America. *CADTM* 2016.
69. Ferro, E.; Higuera, L.J.; Portugal, A.; Reyes, J.-D. *Colombia-US Free Trade Agreement –A Positive Analysis of Its Implementation–*; Working Papers; World Bank, 2016;
70. Portillo, L. FTAs/IIRSA, Plan Colombia and the Axis of Western Development. *Stop Investor-State Dispute Settlement* 2004.
71. United States Trade Representative United States- Colombia Trade Promotion Agreement Disponível on-line: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/colombia-tpa> (acessado em 8 de fevereiro de 2024).
72. United States Trade Representative Chapter Twenty-One: Dispute Settlement. In *United States-Colombia Trade Promotion Agreement*; United States Trade Representative, 2012.
73. Gómez, J.F.; Galindo, C.A. La deuda como germen de desigualdad en Colombia Disponível on-line: <https://www.alainet.org/es/articulo/202327> (acessado em 15 de dezembro de 2023).
74. Álvarez, J.E. Las reformas estructurales y la construcción del orden neoliberal en Colombia. In *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*; Colección Grupos de trabajo; CLACSO: Buenos Aires, 2006; pp. 247–284 ISBN 978-987-1183-34-0.
75. Del Cairo Silva, C.L. Environmentalizing Indigeneity: A Comparative Ethnography on Multiculturalism, Ethnic Hierarchies, and Political Ecology in the Colombian Amazon, University of Arizona, 2012.
76. Sankey, K. Extractive Capital, Imperialism, and the Colombian State. *Latin American Perspectives* 2018, 45, 52–70.
77. Vieco, J.J. Desarrollo, Medio Ambiente y Cultura en la Amazonia Colombiana. *Revista de Salud Pública* 2001, 3, 2–23.
78. Escobar, A. *Encountering Development*; Princeton University Press, 2012; ISBN 978-1-4008-3992-6.
79. Castree, N. Commodifying What Nature? *Progress in Human Geography* 2003, 27, 273–297, doi:10.1191/0309132503ph428oa.
80. Oxford UP Opportunity Cost, N. Disponível on-line: https://www.oed.com/dictionary/opportunity-cost_n?tl=true (acessado em 26 de fevereiro de 2024).
81. Munevar Sastre, N. La recolonización de América Latina y la deuda como instrumento. *El Comején* 2021.
82. Asociación Minga Carta de la Asamblea pueblos de la tierra para la Amazonía: «Nada sobre nosotros sin nosotros». *Asociación Minga*.
83. Sollund, R.; Maldonado, A.M.; Rico, C.B. The Norway–Colombia Agreement to Protect Rainforest and Reduce Global Warming: Success or Failure? *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy* 2019, 8, 56–73, doi:10.5204/ijcjsd.v8i3.1245.
84. Guerra Rincón, F. La Mojana. Propuestas para ordenar el territorio alrededor del agua. Disponível on-line: <https://www.dnp.gov.co:443/publicaciones/Planeacion/Paginas/la-mojana-propuestas-para-ordenar-el-territorio-alrededor-del-agua.aspx> (acessado em 5 de março de 2024).
85. Jaimes, J. Los errores históricos que condenaron al Putumayo a una eterna inundación Disponível on-line: <https://infoamazonia.org/es/2021/07/29/los-errores-historicos-que-condenaron-al-putumayo-a-una-eterna-inundacion/> (acessado em 5 de fevereiro de 2024).
86. Gómez, G. *Flooding/Windstorm in Putumayo Department*; UN OCHA, 2012.

87. Summers, H. Colombia Landslide: Grief Turns to Anger as Mocoa Mourns – in Pictures. *the Guardian* 2017.
88. Brocchetto, M.; Sanchez, R.; Ramos, F. Colombia Mudslides Kill More than 200. *CNN* 2017.
89. García-Delgado, H.; Machuca, S.; Medina, E. Dynamic and Geomorphic Characterizations of the Mocoa Debris Flow (March 31, 2017, Putumayo Department, Southern Colombia). *Landslides* 2019, *16*, 597–609, doi:10.1007/s10346-018-01121-3.
90. Redacción Colombia Así va la reconstrucción de Mocoa, cuatro años después de la emergencia. *El Espectador* 2021.
91. Gobernación de Putumayo *Informe de Gestión 2016-2019*; Gobernación de Putumayo: Mocoa, 2019.
92. Intergovernmental Panel On Climate Change Technical Summary. In *Climate Change and Land: IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems*; Intergovernmental Panel On Climate Change, 2019.
93. USAID *Climate Risk Profile - Colombia*; USAID, 2017.
94. Inter-American Development Bank *Funding Proposal - The Amazon Bioeconomy Fund: Unlocking Private Capital by Valuing Bioeconomy Products and Services with Climate Mitigation and Adaptation Results in the Amazon*; Green Climate Fund, 2021;
95. World Bank *Turn Down the Heat : Confronting the New Climate Normal*; World Bank: Washington DC, 2014; ISBN 978-1-4648-0437-3.
96. Campos Garcia, A.; Holm-Nielsen, N.; Diaz G., C.; Rubiano Vargas, D.M.; Costa P., C.R.; Ramirez Cortes, F.; Dickson, E. *Analysis of Disaster Risk Management in Colombia : A Contribution to the Creation of Public Policies*; World Bank: Washington DC, 2011; ISBN 978-1-4648-0484-7.
97. World Bank Resilience to Disaster Risk and Climate Change in Colombia Disponível on-line: <https://projects.worldbank.org/en/results/2023/03/16/resilience-to-disaster-risk-and-climate-change-in-colombia> (acessado em 6 de fevereiro de 2024).
98. Kling, G.; Lo, Y.C.; Murinde, V.; Volz, U. Climate Vulnerability and the Cost of Debt. *Social Science Research Network* 2018, *30*, doi:10.2139/ssrn.3198093.
99. Táíwò, O.O.; Bigger, P. *Debt Justice for Climate Reparations*; Climate + Community Project, 2022.
100. Shandra, J.M.; Shor, E.; Maynard, G.; London, B. Debt, Structural Adjustment, And Deforestation: A Cross-National Study. *Journal of World-Systems Research* 2008, *14*, 1–21.
101. Wright, C.; Rolston, B.; Ní Aoláin, F. Navigating Colonial Debris: Structural Challenges for Colombia's Peace Accord. *Peacebuilding* 2023, *11*, 62–77, doi:10.1080/21647259.2022.2027153.
102. Bourke, I. What If Debt Was Written off to Protect Climate and Nature? Disponível on-line: <https://www.bbc.com/future/article/20231212-what-if-the-world-cancelled-debt-for-climate-and-nature> (acessado em 29 de dezembro de 2023).
103. Fresnillo, I. *Miracle or Mirage? Are Debt Swaps Really the Silver Bullet?*; Eurodad: Brussels, 2023.
104. Johnson, J.; Ayles, L.; Herfort, N.; Macintyre, C. *An Internationalist Green New Deal Programme*; Green New Deal Rising, 2023.

